

LEI COMPLEMENTAR Nº 13.453, DE 26 DE ABRIL DE 2010.

Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul, órgão responsável pela administração financeira estadual, disciplina o regime jurídico dos cargos da carreira de Auditor de Finanças do Estado e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

TÍTULO I  
DO ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA ESTADUAL  
CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1.º O Tesouro do Estado, órgão de execução subordinado à Secretaria da Fazenda, é responsável pela administração financeira estadual e obedecerá ao regime jurídico especial estabelecido por esta Lei Complementar.

Art. 2.º São funções institucionais do Tesouro do Estado:  
I - supervisionar, planejar, acompanhar e executar a ação da despesa orçamentária;  
II - realizar a avaliação da despesa pública;  
III - administrar a execução orçamentária, através da programação orçamentário-financeira e da liberação de dotações orçamentárias;  
IV - emitir parecer sobre a abertura de créditos orçamentários adicionais e outras alterações orçamentárias, elaborar as minutas de decreto de abertura de crédito adicional, bem como realizar estudos referentes à execução orçamentária;  
V - manifestar-se em propostas que impliquem impacto orçamentário, econômico ou financeiro relevante nas contas do Estado;  
VI - planejar, acompanhar e executar o fluxo financeiro do Estado e o pagamento de despesas públicas, bem como administrar os ingressos e disponibilidades do Estado;  
VII - gerenciar o Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado - SIAC;  
VIII - administrar o sistema de pagamento de pessoal do Estado;  
IX - acompanhar, avaliar e elaborar propostas para solução de passivos contingentes, dívidas com precatórios e requisições de pequeno valor;  
X - acompanhar a gestão financeira das entidades da Administração Indireta, bem como prestar assessoramento;  
XI - planejar e administrar a Dívida Pública Estadual, bem como propor o estabelecimento de normas específicas relativas às operações de crédito contratadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual;  
XII - promover os encontros de contas entre os débitos e os créditos, no âmbito da Administração Pública Estadual;  
XIII - acompanhar as participações societárias do Estado;  
XIV - coordenar estudos e emitir pareceres sobre propostas de alienação de valores mobiliários e outros ativos financeiros de propriedade do Estado;  
XV - avaliar e acompanhar convênios e ajustes realizados pela Administração Pública Estadual com a União, Estados e Municípios;

XVI - propor limites globais para a Despesa Pública Estadual, compatíveis com as estimativas da Receita Pública Estadual, a serem observados na elaboração orçamentária;  
XVII - monitorar as Despesas Previdenciárias Estaduais e avaliar seu impacto na condução da política fiscal de longo prazo e da necessidade de financiamento;  
XVIII - editar atos normativos de caráter cogente para a Administração Pública Estadual, Direta e Indireta, em matéria financeira, orçamentária e de pessoal;  
XIX - prestar informações em mandados de segurança, sendo autoridade coatora o Subsecretário do Tesouro do Estado;  
XX - avaliar, propor, implantar e acompanhar medidas concernentes à qualificação e eficiência do gasto público;  
XXI - fixar os limites e parâmetros econômico-financeiros para a elaboração do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e do projeto de lei orçamentária anual;  
XXII - formular, gerir e acompanhar as diretrizes da política financeira do Estado, no âmbito de sua competência;  
XXIII - exercer o acompanhamento das receitas orçamentárias e extra-orçamentárias, no âmbito de sua competência;  
XXIV - exercer a coordenação e execução da política de crédito público, a centralização e a guarda dos valores mobiliários;  
XXV - promover as ações necessárias ao acompanhamento e cumprimento dos Programas de Ajuste Fiscal demandados ao Estado;  
XXVI - estudar e propor alternativas de financiamento do desenvolvimento econômico e social do Estado;  
XXVII - propor e acompanhar acordos e metas dos Programas de Ajuste Fiscal com a União e organismos internacionais;  
XXVIII - propor e acompanhar as metas fiscais para os fins da Lei de Diretrizes Orçamentárias;  
XXIX - fornecer estudos e parâmetros de valores para a contratação de serviços terceirizados na Administração Direta e Indireta;  
XXX - gerir, administrar, planejar, normatizar e operar os sistemas e a tecnologia de informação, na área de sua competência;  
XXXI - prestar apoio técnico aos órgãos de defesa judicial do Estado e aos demais órgãos e Poderes do Estado, prestando assistência em perícias judiciais relacionadas com matéria de sua competência;  
XXXII - promover estudos e propor o aperfeiçoamento da legislação na sua área de competência;  
XXXIII - participar de órgãos colegiados de coordenação financeira de abrangência regional, nacional ou internacional, ressalvados os de competência exclusiva do Secretário de Estado da Fazenda;  
XXXIV - exercer outras atribuições ou encargos que lhe sejam correlatos.

Parágrafo único. Além das funções institucionais referidas neste artigo, compete ao Tesouro do Estado:

I - elaborar sugestão de proposta orçamentária do órgão a ser encaminhada ao Secretário de Estado da Fazenda;  
II - gerenciar as despesas da sua unidade orçamentária;  
III - submeter ao Secretário de Estado da Fazenda a política de seleção e capacitação de recursos humanos.

Art. 3.º O Tesouro do Estado terá recursos prioritários e suficientes para a realização de suas atividades, sendo assegurada autonomia funcional aos integrantes da carreira de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, cabendo-lhe:

I - praticar atos próprios de gestão;  
II - elaborar a proposta de sua estrutura organizacional;  
III - propor o regimento interno necessário ao seu funcionamento;  
IV - realizar, com exclusividade, Processo Administrativo-Disciplinar dos Auditores de Finanças do Estado em exercício no Órgão;  
V - exercer outras competências que lhe sejam próprias.

Art. 4.º O Tesouro do Estado será dirigido pelo Subsecretário do Tesouro do Estado, designado dentre os Auditores de Finanças do Estado ativos com mais de 8 (oito) anos de exercício no cargo e na área financeira da Secretaria da Fazenda.

Parágrafo único. O Subsecretário do Tesouro do Estado tomará posse em sessão pública e solene.

CAPÍTULO II  
DA ORGANIZAÇÃO DO TESOIRO DO ESTADO

Art. 5.º O Tesouro do Estado terá uma organização básica que contemple as funções da administração financeira estadual, com a seguinte estrutura:

I - Gabinete do Tesouro do Estado;  
II - Conselho Superior;  
III - Órgãos de Execução;  
IV - Órgãos de Execução Direta.

CAPÍTULO III  
DAS ATRIBUIÇÕES DO SUBSECRETÁRIO DO TESOIRO DO ESTADO

Art. 6.º Ao Subsecretário do Tesouro do Estado compete, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas:

I - dirigir o Tesouro do Estado;  
II – propor ao Secretário de Estado da Fazenda a estrutura básica do Órgão e suas alterações;  
III - expedir atos normativos, na área de sua competência;  
IV - aplicar penalidades disciplinares aos Auditores de Finanças do Estado em exercício no Órgão, na forma desta lei;  
V - apresentar ao Secretário de Estado da Fazenda o Relatório de Execução Orçamentária Bimestral e Cumprimento de Metas previsto nos arts. 8.º e 9.º da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, bem como outras matérias relativas à sua área de competência.

CAPÍTULO IV  
DO CONSELHO SUPERIOR

Art. 7.º O Conselho Superior terá a seguinte composição:  
I - o Subsecretário do Tesouro do Estado, que exercerá a presidência;  
II - os Subsecretários Adjuntos do Tesouro do Estado;  
III - 2 (dois) membros, Auditores de Finanças do Estado no efetivo exercício de suas funções, pertencentes aos dois últimos níveis da carreira, indicados pelo Subsecretário do Tesouro do Estado;  
IV - 3 (três) membros, Auditores de Finanças do Estado no efetivo exercício de suas funções, pertencentes aos dois últimos níveis da carreira, escolhidos em processo eleitoral pelos Auditores de Finanças do Estado em efetivo exercício no Tesouro do Estado, para um mandato de 4 (quatro) anos).

§ 1.º No impedimento do Subsecretário do Tesouro do Estado, assumirá a presidência do Conselho o seu substituto legal.

§ 2.º Para os fins do disposto nos incisos deste artigo, os Auditores de Finanças do Estado poderão ser substituídos por Agentes Fiscais do Tesouro do Estado, desde que estes estejam em exercício no Tesouro do Estado e que atendam às condições estabelecidas nos referidos incisos.

Art. 8.º Compete ao Conselho Superior:  
I - elaborar o seu regimento interno;  
II - pronunciar-se sobre o desempenho de integrante da carreira que esteja cumprindo estágio probatório;  
III - reexaminar matérias conflitantes com vistas a manter a unidade de orientação do Órgão;  
IV - pronunciar-se sobre alterações na estrutura do Órgão;  
V - manifestar-se sobre a concessão de licença para qualificação profissional;  
VI - manifestar-se sobre o exercício de Auditores de Finanças do Estado e de servidores do Tesouro do Estado, em funções externas;  
VII - exercer funções de consultoria, no âmbito do Tesouro do Estado, em matéria de ética funcional e de normas disciplinares;  
VIII - pronunciar-se nos Processos Administrativo-Disciplinares em que Auditor de Finanças do Estado, em exercício no Tesouro do Estado, figure como indiciado, após o relatório e antes do julgamento;  
IX - expedir, após aprovação do Subsecretário do Tesouro do Estado, provimentos visando à simplificação e ao aprimoramento dos serviços do Tesouro do Estado;  
X - exercer outras atividades, sempre que solicitado pelo Subsecretário do Tesouro do Estado.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no inciso VIII quando o relatório da comissão de sindicância indicar a aplicação de penalidade prevista no inciso III do art. 119.

CAPÍTULO V  
DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO E DE EXECUÇÃO DIRETA

Art. 9.º São Órgãos de Execução do Tesouro do Estado aqueles com funções de coordenação, administração, integração ou especializadas em razão da matéria.

Art. 10. São Órgãos de Execução Direta do Tesouro do Estado os Auditores de Finanças do Estado.